

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Departamento de Recursos Humanos

Despacho (extracto) n.º 26 181/2007

Por despacho da directora nacional-adjunta (área de recursos humanos) de 29 de Setembro de 2007, proferido no uso de poderes delegados, foi autorizada a transição, por reclassificação profissional, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, da auxiliar administrativa do quadro de pessoal com funções não policiais da PSP Maria Fernanda Pinto Ribeiro para a categoria de auxiliar técnico, sendo posicionada no 3.º escalão, índice 218.

9 de Outubro de 2007. — O Director, *Jorge Alexandre Gonçalves Maurício*.

Despacho (extracto) n.º 26 182/2007

Por despacho da directora nacional-adjunta (área de recursos humanos) de 29 de Setembro de 2007, proferido no uso de poderes delegados, foi autorizada a transição, por reclassificação profissional, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, das serventes do quadro do pessoal com funções não policiais da PSP Maria Cidália Rosa Neto Pereira e Maria Rosa da Graça Francisco Rodrigues para a categoria de assistente administrativo, sendo posicionadas no 1.º escalão, índice 199.

9 de Outubro de 2007. — O Director, *Jorge Alexandre Gonçalves Maurício*.

Rectificação n.º 1954/2007

Por ter saído com inexactidão o despacho (extracto) n.º 20 693/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 174, de 10 de Setembro de 2007, rectifica-se que onde se lê «ao subintendente M/100015, Carlos Alberto Conceição Anastácio» deve ler-se «ao subintendente M/100115, Carlos Alberto Conceição Anastácio».

12 de Outubro de 2007. — O Director, *Jorge Alexandre Gonçalves Maurício*.

Governo Civil do Distrito de Braga

Aviso n.º 22 361/2007

Por despacho de 30 de Outubro de 2007 do governador civil do distrito de Braga, foi Augusto Pires Ribeiro Gomes, assistente administrativo especialista do quadro privativo do Governo Civil do Distrito de Braga, nomeado, precedendo concurso, na categoria de chefe de secção, lugar que já vinha desempenhando em regime de substituição, considerando-se exonerado do anterior lugar a partir da data de aceitação da nomeação. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

2 de Novembro de 2007. — O Secretário, *José Oliveira da Silva*.

Listagem n.º 277/2007

Torna-se pública a lista dos subsídios atribuídos pelo Governo Civil do Distrito de Braga no 1.º semestre do ano de 2007, conforme estabelecido no n.º 1 do artigo 1.º e no n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto:

Data da autorização	Nome da entidade	Montante (em euros)
23-5-2007	Bombeiros Voluntários de Braga	2 486,30
	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães	2 486,30
	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela	2 486,30
	Bombeiros Voluntários de Barcelos	2 486,30
	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Caldas das Taipas	2 486,30
	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fafe	2 486,30
	Bombeiros Voluntários de Famalicão	2 486,30
	Associação Humanitária e Benemérita dos Bombeiros Voluntários de Esposende	2 486,30
	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Amares	2 486,30
	Bombeiros Voluntários de Barcelinhos	2 486,30

Data da autorização	Nome da entidade	Montante (em euros)
	Associação Humanitária e Benemérita dos Bombeiros Voluntários de Vila Verde	2 486,30
	Benemérita Associação dos Bombeiros Voluntários de Fão	2 486,30
	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Celoricense	2 486,30
	Bombeiros Voluntários Famalicenses	2 486,30
	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira do Minho	2 486,30
	Bombeiros Voluntários Cabeceirenses	2 486,30
	Bombeiros Voluntários de Riba d'Ave	2 486,30
	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Terras de Bouro	2 486,30
	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Viatodos	2 486,30
	Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso	2 486,30
	Federação dos Bombeiros do Distrito de Braga	2 500
	<i>Total</i>	52 226

28 de Setembro de 2007. — O Governador Civil, *Fernando Ribeiro Moniz*.

Governo Civil do Distrito de Setúbal

Despacho n.º 26 183/2007

Ao cargo de secretário do Governo Civil estão atribuídas funções de gestão administrativa e de direcção técnica dos serviços.

O lugar encontra-se vago por cessação de funções da anterior titular.

A normalidade do funcionamento dos serviços não se coaduna com esse vazio no exercício das funções em causa impondo-se, dessa forma, o lançamento do procedimento de recrutamento adequado.

A tramitação e decisão final em tal espécie de procedimento preenchem um período temporal de duração sempre superior a 60 dias não compatível com a necessidade de imediata normalização no exercício de tais funções.

Por isso se opta, enquanto o procedimento de recrutamento que vai ser lançado decorrer, pela designação de funcionário que, em regime de substituição, assegure o efectivo exercício de tais funções.

De acordo com o regime legal aplicável, constante da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, artigo 27.º, o substituto deve oferecer os requisitos legais para o provimento no cargo.

No quadro do Governo Civil não existe funcionário com os requisitos adequados.

Assim:

Com invocação da competência que me é conferida pelo artigo 4.º-F, n.º 1, alínea d), aditado ao Decreto-Lei n.º 252/92, de 19 de Novembro, e de acordo com o artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada, nomeio a licenciada em Direito Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues, actualmente com a categoria de professora do quadro de nomeação definitiva na Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos José Maria dos Santos, Pinhal Novo, para exercer em regime de substituição o cargo de secretária do Governo Civil do Distrito de Setúbal.

A nomeada, de acordo com o anexo *curriculum vitae*, reúne todos os requisitos exigíveis no âmbito do artigo 27.º por referência ao artigo 20.º, ambos da referida Lei n.º 2/2004: licenciatura em Direito, vínculo à função pública, mais de seis anos de experiência profissional e, ainda, aptidão para o exercício de funções de direcção e gestão constantes do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 252/92 já invocado.

O presente despacho produz efeitos a partir de 8 de Outubro de 2007, conforme o disposto no artigo 21.º, n.º 9, da Lei n.º 2/2004, republicada.

8 de Outubro de 2007. — A Governadora Civil, *Eurídice Maria de Sousa Pereira*.

Curriculum vitae

Informação pessoal:

Nome — Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues; Morada — Villa Serena, Rua de Miguel Torga, lote 51, 2955-094 Pinhal Novo;

Telefones — 212384072; 962516704;

Endereço de correio electrónico — cristinabaptistarodrigues@gmail.com;

Nacionalidade — portuguesa;
Data de nascimento — 18 de Janeiro de 1964;
Sexo — feminino.

Formação académica e profissional:

Licenciatura em Direito na Universidade Internacional;
Advogada com a cédula profissional n.º 1171E;
Pós-graduação em Direito da Educação, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
Curso Geral do Conservatório Nacional de Música de Lisboa (Piano, Composição, História de Música Acústica e Formação Musical);
Frequência da licenciatura em Administração Educativa;
Professora do quadro de nomeação definitiva na Escola Básica 2/3 José Maria dos Santos;
Profissionalização em exercício (estágio) concluída em 1994, na ESE de Setúbal;
Formadora certificada pelo IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional);
Formadora certificada pelo IFEC (Instituto de Formação e Educação para a Cidadania).

Experiência profissional:

Situação actual — desde 1995 — exercício da advocacia em escritório particular e nomeada pelo Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados para patrocínio e defesa no âmbito do apoio judiciário;

De 1997 a 2001 — representante do Ministério da Educação na implementação e acompanhamento do «Projecto de revitalização urbana do Vale da Amoreira» em parceria com a Câmara Municipal da Moita e a Junta de Freguesia do Vale da Amoreira;

De 1995 a 2001 — presidente do conselho administrativo da Escola Básica 2/3 Baixa da Banheira n.º 3;

De 2000 a 2001 — elaborou o projecto da Medida n.º 8 do FEDER e a candidatura à Medida n.º 9 do PRODEP;

De 1999 a 2001 — presidente do conselho executivo da E. B. 2/3 da Baixa da Banheira n.º 3;

De 1998 a 1999 — presidente da comissão executiva instaladora da E. B. 2/3 da Baixa da Banheira n.º 3;

De 1995 a 1998 — nomeada presidente da comissão instaladora (despacho de 25 de Julho de 1995) da E. B. 2/3 da Baixa da Banheira n.º 3, Vale da Amoreira.

Comunicações — Toxicodependência — Aspectos Legais, comunicação no âmbito do «Dia D», Vale da Amoreira E. B. 2/3 Baixa da Banheira n.º 3, 1997.

Outras aptidões e competências:

Elaboração do plano anual de actividades;
Elaboração do projecto de orçamento anual;
Elaboração das contas de gerência;
Fiscalização e cobrança de receitas;
Autorização da realização de despesas e respectivo pagamento;
Seleção e recrutamento de pessoal docente e não docente;
Estabelecimento de protocolos e celebração de acordos de cooperação, nomeadamente com a Câmara Municipal da Moita, Centro de Saúde da Baixa da Banheira, Câmara Municipal do Barreiro, IEFP, Junta de Freguesia do Vale da Amoreira, Associação Cabo-Verdiana, entre outros.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho n.º 26 184/2007

I — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no despacho n.º 15 881/2005, do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 139, de 21 de Julho de 2005, delego e subdelego na directora regional do Centro, inspectora licenciada Cristina Isabel Gatões Baptista, com faculdade de subdelegação, os poderes necessários à prática dos seguintes actos:

- 1) Autorizar deslocações em serviço em território nacional, nos termos previstos na lei, relativamente ao pessoal afecto à respectiva Direcção Regional;
- 2) Autorizar o pedido de gozo de férias até à aprovação do mapa de férias;
- 3) Autorizar a alteração dos períodos de férias constantes dos mapas de férias aprovados;
- 4) Proferir decisão sobre realização de despesas públicas e autorizar as inerentes despesas, fixando em «eur» 2500 o montante a que se

refere a alínea q) do n.º 1 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de Outubro.

II — Ratifico todos os actos praticados desde 1 de Julho de 2007 pela directora regional do Centro, inspectora licenciada Cristina Isabel Gatões Baptista, que se enquadrem nos poderes ora delegados.

23 de Outubro de 2007. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Secretaria-Geral

Despacho n.º 26 185/2007

Considerando a publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 14 de Agosto de 2007, na bolsa de emprego público com o código de oferta n.º OE200708/0145 e no jornal *Correio da Manhã*, de 15 de Agosto de 2007, a pretensão da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça em seleccionar titular para o cargo de director de serviços da Unidade de Compras do Ministério da Justiça, ao qual compete exercer as competências previstas no artigo 7.º da Portaria n.º 514/2007, de 30 de Abril, que aprova a estrutura nuclear da SGMJ, cuja lei orgânica foi aprovada pelo Decreto Regulamentar n.º 50/2007, de 27 de Abril;

Considerando que, nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, findo o procedimento concursal, o júri elabora a proposta de nomeação, com indicação das razões por que a escolha recaiu no candidato proposto;

Considerando que, das candidaturas apresentadas, se verifica que a licenciada Lídia de Jesus Sousa Alves cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados e é aquela que melhor se adequa ao perfil pretendido, uma vez que evidencia relevante experiência em cargos de direcção intermédia de 1.º grau e de coordenação na área da gestão financeira e patrimonial, nomeadamente na área da contratação pública e no projecto de compras públicas, conforme proposta do júri do procedimento, anexo à acta de 21 de Setembro de 2007;

Considerando que, nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo;

Considerando por último que, nos termos do n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o provimento nos cargos de direcção intermédia produz efeitos à data do despacho de nomeação, salvo se outra data for expressamente indicada;

Nomeio, em comissão de serviço e pelo período de três anos, renovável por iguais períodos, para o cargo de directora de serviços da Unidade de Compras do Ministério da Justiça a licenciada Lídia de Jesus Sousa Alves, especialista superior, escalão 9, do quadro de pessoal da Polícia Judiciária, nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, ficando autorizada a exercer a opção prevista no n.º 3 do artigo 31.º do mesmo diploma legal.

30 de Outubro de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Síntese curricular

1 — Identificação:

Nome — Lídia de Jesus Sousa Alves;
Naturalidade — Abambres, Mirandela;
Data de nascimento — 22 de Janeiro de 1955;
Categoria — especialista superior de escalão 9 do quadro de pessoal da Polícia Judiciária.

2 — Habilitações académicas:

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Economia, 1983;
Membro da Ordem dos Economistas, com o n.º 1871.

3 — Experiência profissional:

Desde Junho de 2007 — directora de serviços da Unidade de Compras do Ministério da Justiça (UCMJ), em regime de substituição;